

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DE MANGARATIBA
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA

PORTARIA 01/2019

O Doutor MARCELO BORGES BARBOSA, Juiz Titular da VARA ÚNICA DA COMARCA DE MANGARATIBA , por nomeação e designação na forma da Lei, usando das suas atribuições legais, especialmente o que consta no art. 95 da Lei n 8.069/90 (ECA).

CONSIDERANDO a institucionalização e disseminação do Projeto "**Apadrinhar - Amar e Agir para Realizar Sonhos**";

CONSIDERANDO a criação do PROGRAMA DE APADRINHAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO;

CONSIDERANDO os requisitos necessários à elaboração e à execução dos projetos de apadrinhamento de crianças e adolescentes em medida de acolhimento institucional no âmbito desta Vara;

CONSIDERANDO a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração Universal dos Direitos da Criança, ambas da Organização das Nações Unidas - ONU;

CONSIDERANDO o Capítulo VII - Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso, art. 226 a 230 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO os termos do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/1990;

CONSIDERANDO a existência de crianças e adolescentes em medida de acolhimento institucional, com esperanças remotas de reinserção familiar e adoção;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a participação da sociedade civil na garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes institucionalizados, que perderam os vínculos com as famílias de origem e



com remotas possibilidades de colocação em família substituta, na forma disposta pelo art. 4º c/c art.19 da Lei 8.069/1990;

CONSIDERANDO a necessidade de propiciar experiências e referências afetivas, tanto familiares quanto comunitárias, favorecendo o sentimento de pertencimento e estabilidade emocional, das crianças e adolescentes que estão sob medida de proteção de acolhimento no Estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO que a efetivação de políticas judiciárias eficientes e eficazes acerca destas matérias depende de um conjunto articulado de ações entre todos os entes federados, seus órgãos de atuação e os três Poderes da República;

RESOLVE:

Implementar na Vara Única da Comarca de Mangaratiba, em conformidade com o Ato Normativo Conjunto 08/2017, o Projeto de Apadrinhamento de Crianças e Adolescentes em medida de acolhimento institucional e familiar, a ser executado nos seguintes parâmetros:

Capítulo I

Das modalidades de apadrinhamento, do perfil de quem pode ser apadrinhado e dos procedimentos necessários para habilitação e exercício do apadrinhamento

Seção I

Das modalidades de apadrinhamento

Art. 1º São modalidades de Apadrinhamento:

I - Apadrinhamento afetivo: é aquele em que o padrinho visita regularmente a criança ou o adolescente, buscando o para passar finais de semana, feriados ou férias escolares em sua companhia, proporcionando lhe a promoção social e afetiva, revelando possibilidades de convivência familiar e social saudáveis que gerem experiências gratificantes;

II - Apadrinhamento prestador de serviços: é aquele em que o padrinho, pessoa natural ou jurídica, por meio de ações de responsabilidade social junto às instituições, cadastra-se para atender às crianças e adolescentes participantes do projeto, conforme sua especialidade de



trabalho ou habilidade, apresentando um plano de atividades, devendo seguir as regras para o voluntariado (lei nº 9.608/1998);

III - Apadrinhamento provedor: é aquele em que o padrinho, pessoa natural ou jurídica, dá suporte material ou financeiro à criança ou ao adolescente, seja com a doação de materiais escolares, vestuário, brinquedos, seja com o patrocínio de cursos profissionalizantes, reforço escolar, prática esportiva, idiomas ou contribuição financeira para alguma demanda específica da criança ou adolescente.

Seção II

Do perfil de quem pode ser apadrinhado

Art. 2º Podem ser apadrinhadas afetivamente:

I - Crianças a partir de 8 anos de idade, inclusive, e adolescentes que, cumulativamente, tenham vínculos familiares rompidos judicialmente;

II - Crianças a partir de 8 anos de idade, inclusive, ou adolescentes, sem vínculos familiares rompidos judicialmente, mas com possibilidades remotas ou inexistentes de reintegração familiar ou de adoção;

III - Crianças de qualquer idade em caso de necessidades especiais;

IV - Grupo de irmãos vinculados afetivamente, tendo o irmão mais novo a idade mínima de 05 anos.

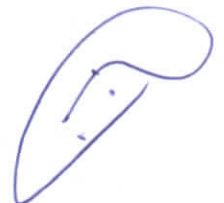
Art. 3º Podem ser apadrinhadas por prestador de serviço ou provedor quaisquer das crianças e adolescentes que estejam institucionalizados, desde que haja autorização judicial.

Seção III

Dos procedimentos necessários para habilitação e exercício do apadrinhamento

Art. 4º São requisitos necessários para o requerimento ao apadrinhamento afetivo e prestador de serviços:

I - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos, sendo a diferença de idade de 16 (dezesesseis) anos entre padrinho e afohado, nos casos do apadrinhamento afetivo;



II - Cumprir com os termos preestabelecidos com a instituição de acolhimento e o apadrinhado, tais como visitas, horários e compromissos;

III - Acompanhar e apoiar o apadrinhado em atividades externas além da instituição de acolhimento;

IV - Relatar às equipes da entidade de acolhimento e da Vara de Infância quaisquer aspectos considerados relevantes durante o período de convívio.

Seção II

Das atribuições das equipes interdisciplinares das entidades de acolhimento

Art. 6º São atribuições das Equipes Interdisciplinares das entidades de acolhimento:

I - Encaminhar ao Juízo os candidatos interessados no cadastramento de apadrinhamento afetivo;

II - Preparar e orientar as crianças e os adolescentes para sua relação com os padrinhos (estabelecimento de vínculos e apego, distinção entre apadrinhamento e adoção; respeito às diferenças; pertencimento; responsabilidade; limites, entre outros);

III - Informar à equipe técnica do Juízo, por meio de ofício, a relação das crianças ou adolescentes a serem apadrinhados;

IV - Promover a aproximação de padrinhos e apadrinhados de modo monitorado;

V - Informar ao Juízo quaisquer eventuais inadequações de atitudes dos padrinhos e apadrinhados;

VI - Acompanhar o processo de apadrinhamento enquanto o apadrinhado estiver na instituição;

VII - Avaliar o processo de apadrinhamento juntamente com os parceiros envolvidos;

VIII - Enviar ao Juízo competente o relatório semestral de cada processo de apadrinhamento, observando o prazo das Audiências Concentradas.



Seção III

Das atribuições do Comissariado

Art. 7º São atribuições do Comissariado da 1 Vara de Família, da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca de Angra dos Reis nos processos de apadrinhamento:

I – Orientar os interessados sobre o projeto e modalidades de apadrinhamento, bem como sobre a documentação necessária e preenchimento da Ficha Cadastral, conforme anexo I;

II – Participa, juntamente com as equipes parceiras, de oficinas de sensibilização com as temáticas pertinentes ao apadrinhamento;

Seção IV

Das atribuições do Serviço Social e Psicologia

Art. 8º São atribuições do Serviço Social e da Psicologia em atuação na 1 Vara de Família, da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca de Angra dos Reis nos processos de apadrinhamento:

I – realizar avaliação psicológica e social dos postulantes ao apadrinhamento afetivo, elaborando o respectivo relatório, explicitando elementos pertinentes à capacidade e à disponibilidade do pretense padrinho;

II – Realizar, juntamente com as equipes parceiras, oficinas de sensibilização com as temáticas pertinentes ao apadrinhamento;

III - Avaliar, juntamente com as equipes parceiras, as crianças e adolescentes acolhidos com perfil para integrar o projeto de apadrinhamento;

IV - Enviar à CEVIJ relatório estatístico semestral sobre os processos de apadrinhamento, observando o prazo das Audiências Concentradas. Para tanto, deverão constar nesse relatório os seguintes dados: a) a quantidade de apadrinhamentos ocorridos no período, b) a quantidade de desistências ocorridas no período, c) a quantidade de apadrinhamentos que estão em andamento no período;

V – Manter cadastro próprio com o nome dos padrinhos, emitir certificado de apadrinhamento (anexo II) e Termo de Compromisso (anexo III), que deverá ser assinado



pelo padrinho em 03 (três) vias, sendo uma entregue ao requerente, outra anexada ao processo e a terceira encaminhada à instituição de acolhimento.

VI - Avaliar o processo de apadrinhamento juntamente com os parceiros envolvidos.

§1º. As atribuições previstas neste artigo, deverão ser exercidas pelos servidores integrantes das Equipes Técnicas Interdisciplinares Cíveis (ETICs) das Regiões do interior que acumulam competência de Infância e Juventude, que atuarão em conjunto com as equipes parceiras.

§2º As equipes interdisciplinares do juízo e das entidades de acolhimento atuarão em parceria, observando se as atribuições de cada equipe.

Capítulo III

Do procedimento de apadrinhamento

Art. 9º. Compete ao Cartório da Vara autuar o requerimento de apadrinhamento e os documentos que o instruem e proceder ao respectivo registro no sistema informatizado de gerenciamento de processos, encaminhando os autos imediatamente ao magistrado para apreciação.

Parágrafo único. Antes de enviar os autos ao Ministério Público, deverá o Cartório da Vara fazer juntar consultas criminais extraídas do sistema informatizado de distribuição e controle de processos/DCP e folha de antecedentes criminais do requerente, devendo obtê-la diretamente no Sistema Estadual de Identificação, se tiver acesso ao mesmo, ou proceder a contato com o Serviço de Informações e Apoio a Convênios com intercâmbio de Dados SEIAC/DESOP/CGJ para providenciá-la.

Art. 10. Em caso de deferimento do pedido de apadrinhamento, caberá ao Juízo competente determinar à Equipe Técnica a inserção, em cadastro próprio, do nome do padrinho, emitir Certificado de Apadrinhamento (anexo II) e Termo de Compromisso (anexo III), que deverá ser assinado pelo padrinho em 03 (três) vias, sendo uma entregue ao requerente, outra anexada ao processo e a terceira encaminhada à instituição de acolhimento.

Art. 11. A autoridade judiciária deverá, ainda, apreciar o parecer das equipes de execução do projeto quanto ao perfil da criança ou adolescente apto a integrar o projeto de apadrinhamento e decidir sobre sua inclusão no projeto.



Art. 12. É de competência da autoridade judiciária autorizar, ouvido o Ministério Público, a saída dos apadrinhados do acolhimento institucional com seu padrinho, emitindo se autorização judicial (anexo IV), que deverá ter validade anual.

Art. 13. As equipes de execução do projeto de apadrinhamento poderão desaconselhar o deferimento do pedido de padrinhos que possuam demanda judicial envolvendo direitos de criança ou adolescente, apresentando correlata justificativa.


Art. 14. O padrinho poderá ser desligado do projeto por iniciativa própria, por descumprimento dos compromissos assumidos e por intercorrências supervenientes constatadas pelo Juízo competente.

Art. 15. O desligamento por iniciativa do padrinho não o impede de posteriormente voltar a integrar o projeto, desde que submetido a novo procedimento de avaliação.

Art. 16. A participação em projeto de apadrinhamento não privilegiará o padrinho em posterior e eventual processo de adoção do apadrinhado ou de qualquer outra criança ou adolescente.

Art. 17. Todos os procedimentos para o requerimento ao projeto de apadrinhamento deverão ser registrados com o assunto 30493 e classe processual 1424.

Rio de Janeiro, 27 de MARÇO de 2019.


MARCELO BORGES BARBOSA
JUIZ DE DIREITO

Anexo I

FICHA CADASTRAL PARA PADRINHO AFETIVO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PADRINHO

Nome completo: _____

Data de nascimento: __/__/__ Idade: __ anos. Sexo: () Masculino () Feminino

Naturalidade: _____ UF: _____ Nacionalidade: _____

RG: _____ CPF: _____

Estado Civil: _____ Escolaridade: _____

2. ENDEREÇO DO PADRINHO

Rua: _____ N° _____

Bairro: _____ Cidade: _____

CEP: _____ Telefone residencial: _____ Celular: _____

E mail: _____

Situação habitacional: Imóvel () Próprio () Alugado () Financiado () Cedido

3. DADOS PROFISSIONAIS DO PADRINHO

Atividade profissional: _____

Local de trabalho: _____

Rua: _____ N° _____

Bairro: _____ Cidade: _____

CEP: _____ Telefone Comercial: _____

Tempo de serviço: _____ Rendimento mensal: _____

4. DADOS DO CÔNJUGE / COMPANHEIRO(A)

Nome completo: _____

Data de nascimento: __/__/__ Idade: __ anos. Sexo: () Masculino () Feminino

Naturalidade: _____ UF: _____ Nacionalidade: _____

RG: _____ CPF: _____

Estado Civil: _____ Escolaridade: _____

5. DADOS PROFISSIONAIS DO CONJUGE / COMPANHEIRO(A) / CONVIVENTE

Atividade profissional: _____

Local de trabalho: _____

Rua: _____ N° _____

Bairro: _____ Cidade: _____

CEP: _____ Telefone Comercial: _____

Tempo de serviço: _____ Rendimento mensal: _____

6. DADOS FAMILIARES

Tempo de convivência: _____

Composição familiar, residindo no mesmo domicílio:

NOME IDADE PARENTESCO ESCOLARIDADE

Confirmo a veracidade das informações.

_____, ____/____/____

Assinatura do Padrinho 1

Assinatura do Padrinho 2

FICHA CADASTRAL PARA PADRINHO PRESTADOR DE SERVIÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DO PADRINHO

Nome completo: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Idade: ____ anos. Sexo: () Masculino () Feminino

Naturalidade: _____ UF: _____ Nacionalidade: _____

RG: _____ CPF: _____

Estado Civil: _____ Escolaridade: _____

2. ENDEREÇO DO PADRINHO

Rua: _____ N° _____
Bairro: _____ Cidade: _____
CEP: _____ Telefone residencial: _____ Celular: _____
E mail: _____
Situação habitacional: Imóvel () Próprio () Alugado () Financiado () Cedido

3. DADOS PROFISSIONAIS DO PADRINHO

Atividade profissional: _____
Local de trabalho: _____
Rua: _____ N° _____
Bairro: _____ Cidade: _____
CEP: _____ Telefone Comercial: _____
Tempo de serviço: _____ Rendimento mensal: _____

4. DADOS DOS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

Tipo de serviço: _____

Carga horária disponibilizada: _____

Confirmo a veracidade das informações.

_____/_____/____

Assinatura do Padrinho

FICHA CADASTRAL PARA PADRINHO PROVEDOR

1. IDENTIFICAÇÃO DO PADRINHO

Nome completo: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Idade: ____ anos. Sexo: () Masculino () Feminino

Naturalidade: _____ UF: _____ Nacionalidade: _____

RG: _____ CPF: _____

Estado Civil: _____ Escolaridade: _____

2. ENDEREÇO DO PADRINHO

Rua: _____ N° _____

Bairro: _____ Cidade: _____

CEP: _____ Telefone residencial: _____ Celular: _____

E mail: _____

Situação habitacional: Imóvel () Próprio () Alugado () Financiado () Cedido

3. DADOS PROFISSIONAIS DO PADRINHO

Atividade profissional: _____

Local de trabalho: _____

Rua: _____ N° _____

Bairro: _____ Cidade: _____

CEP: _____ Telefone Comercial: _____

Tempo de serviço: _____ Rendimento mensal: _____

4. DADOS DO APADRINHAMENTO

Modalidade: () Pecuniário Valor estimado: R\$ _____

() Equipamento Tipo: _____

() Material Tipo: _____

Frequência: () Mensal

() Semestral

() Anual

() Outra

Confirmo a veracidade das informações.

_____ / _____ / _____

Assinatura do Padrinho

Anexo II

CERTIFICADO DE APADRINHAMENTO

() AFETIVO () PROVIDOR () PRESTADOR DE SERVIÇOS

O juízo de Direito da Vara com competência na matéria da Infância e da Juventude de _____, nos autos do Processo Nº _____ consoante respeitável Decisão proferida nos referidos autos, concede a(aos) requerente(s) _____ e _____, Habilitação para Padrinho do Projeto _____, pe o que expede o presente certificado.

(Nome do Magistrado)

Juiz(a) de Direito

(Logo do projeto, se houver)

Anexo III

TERMO DE COMPROMISSO

Projeto (nome do projeto)

_____ (padrinho 1), (nacionalidade), (estado civil) ,
portador da carteira de identidade _____ e
CPF _____ e _____
(padrinho 2), (nacionalidade), (estado civil) portador da carteira de identidade _____ e
CPF _____ vêm pelo presente instrumento assumir compromisso com o "Projeto _____",
mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA Proporcionar à criança ou ao adolescente um convívio afetivo, social, familiar e comunitário.

CLÁUSULA SEGUNDA Ter o compromisso de visitar a criança ou o adolescente, e/ou levá-la(o) para passar fins de semana em sua casa, no mínimo, uma vez por mês, com o propósito de possibilitar a convivência familiar e a construção de novas referências.

CLÁUSULA TERCEIRA Sempre que possível, participar dos eventos escolares da criança ou do adolescente.

CLÁUSULA QUARTA Ajudar e participar da organização e comemoração do aniversário da criança ou do adolescente.

CLÁUSULA QUINTA Cumprir rigorosamente as normas e os horários estabelecidos para pegar e devolver a criança ou o adolescente na instituição de acolhimento.

CLÁUSULA SEXTA Guardar sigilo absoluto sobre qualquer informação referente ao histórico da criança ou do adolescente.

CLÁUSULA SÉTIMA Não questionar a criança ou o adolescente, familiares ou outra pessoa sobre os motivos do acolhimento institucional.

CLÁUSULA OITAVA Seguir sempre as orientações da equipe de execução do projeto e da direção da instituição de acolhimento.

CLÁUSULA NONA Caso haja a necessidade de se ausentar do município por período superior a 30 dias, informar a equipe de execução do projeto com pelo menos 24 horas de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA Agendar com a equipe da instituição de acolhimento, com no mínimo 48 horas de antecedência, o dia de visita à criança ou ao adolescente, não podendo descumprir o agendamento, salvo por motivos de força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA Viagens com as crianças ou adolescentes apadrinhadas somente poderão ocorrer após a devida autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA A participação em projeto de apadrinhamento não privilegiará o padrinho em eventual processo de adoção do apadrinhado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA Relatar à equipe de execução do projeto quaisquer comportamentos considerados relevantes durante o período de convivência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA O descumprimento das cláusulas supracitadas acarretará a destituição da função de padrinho e o imediato desligamento do projeto, salvo prévia justificativa que será analisado pelo magistrado competente.

E por estar(em) de acordo, assina(m) o presente Termo de Compromisso em três vias de igual teor e forma.

_____, ____ de _____ de _____.

Padrinho 1

Padrinho 2

Visto do Magistrado e Data.

Anexo IV

AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

O(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a), _____, da Vara com competência na matéria da infância e da juventude de _____, autoriza o padrinho _____, (RG, CPF e estado civil), a realizar atividades externas ao acolhimento institucional com o apadrinhado _____ (qualificar a criança/adolescente).

Esta autorização tem validade de 01 ano.

_____, ____ de _____ de _____.

JUIZ(A) DE DIREITO

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.